

CRENÇAS, DESEJOS E A LUTA DE CLASSES

Duilio de Avila Bêrni¹

Resumo

As limitações impostas à compreensão dos processos de escolha carregadas pela excessiva confiança na teoria da escolha racional ou – paradoxalmente – em sua crítica furibunda são avaliadas e questionadas, sob um ponto de vista pragmático. O modelo tradicional sustenta que são as crenças do indivíduo que determinam seus desejos. Relacionando crenças e convenções, o ensaio explora a condição expressa pelo estado oposto, ou seja, o contexto em que são os desejos que determinam as crenças. A escolha individual agregada por meio do mercado, a escolha coletiva resultante da criação e evolução de regras e convenções e, por fim, a criação de instituições também são avaliadas. Com esta moldura conceitual, buscamos enquadrar as relações entre os pólos da geração, apropriação e absorção de bens e serviços, tentando entender um elo importante da cadeia de relações sociais, nomeadamente, a agregação de preferências por meio do mercado político.

Palavras-chave: metodologia econômica, escolha racional, teoria dos jogos, fluxo circular da renda

JEL Classification: B41, C70

¹ Do Departamento de Economia da PUCRS e ex-professor do Departamento de Economia da UFSC. À época da redação final deste ensaio, encontrava-me realizando um estágio pós-doutoral na Freie Universität Berlin. Seguindo e editando as idéias trabalhadas em Bêrni (2005) e Bêrni et.al (2005), aqui há algumas frases em comum, para não falar em duplicações talvez encontráveis nos seguintes autores: Akerlof (1970), Bator (1992), Bêrni (2004), Bêrni (2005), Bernstein (1997), Binmore (1992), Blaug (1976), Bronfenbrenner (1966), Carling (1986), Cirne-Lima (2001), Corazza org. (2003), Elster (1989), Feysabend (1977), Fitzgerald (1968), Foley (Acesso em 13.ago.2004), Foley (Acesso em: 13.ago.2004), Gintis (2001), Kahneman & Riepe (1998), Lange (1985), Levine, Sober & Wright (1987), Little (1996), Maslow (1943), Nell (1982), Nicolau (2002), Olson (1971), Potts (2001), Poundstone (1993), Rawls (1983), Rego (1996), Ricketts (1994), Rowthorn (1982), Smith (1982), Smith (Acesso em: 01.06.2004a), Smith (Acesso em: 01.06.2004b), Stigler (1968), Sutherland (1992), Taulle (1981).

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

As tradicionais explicações dos processos de escolha individual consideram que as crenças, entendidas como as expectativas que o indivíduo Ivo detém sobre o que os demais irão fazer, afetam unilateralmente os desejos do próprio Ivo. Nossa intenção é fazermos investidas aqui e ali para confrontar o ambiente da teoria econômica convencional com algumas críticas heterodoxas, sustentando que crenças determinam desejos mas também que desejos podem afetar a estrutura das crenças. No caso da heterodoxia, esta é tão radical que chega a desprezar o conceito de preferências e seus desdobramentos, quando se trata de buscar as razões da ação (processo de escolha) individual. Por não levar em conta o mecanismo de mercado como um dos ambientes sociais em que as preferências individuais são agregadas, faz coro à moldura do tradicional fluxo circular da renda. Ao destacar exclusivamente o mercado de bens e o de fatores, ele (fluxo) e ela (heterodoxia) deixam intocados alguns territórios importantes dos reinos da velha e da nova economia política. Especificamente, o funcionamento do mercado político e a compra e venda de direitos de propriedade que nele se realizam são insuficientemente tratados.

Ainda que portando reservas ideológicas contra nossas próprias preferências, podemos aceitar provisoriamente a relevância do conceito de utilidade, tão importante para o neoclassicismo quanto para a nova economia política. Fossem entrevistados sobre o tema, Smith, Ricardo e Marx não negariam nutrir preferências relativamente a determinados cursos de ação - ato de consumir bens e serviços, em particular - em detrimento de outros atos. O que, talvez, lhes recebesse reproche unânime seria a proposta de que o objeto de estudo da economia política reside em entender - citando Hymer (1971) livremente - a questão de como as camisas de Robinson Crusóé relacionam-se com seu potinho de açúcar.

Por falar em utilidade, poderá mostrar-se adequado, no devido tempo, mas servindo agora para contextualizar as questões mais amplas que circunscrevem os temas aqui tratados, mensurar a distância existente entre os adeptos da teoria da escolha racional e os arautos do uso de um método exclusivamente dedutivo para basear a pesquisa da moderna economia política. Modernamente, a ciência da alocação de recursos e a ciência do estudo dos conflitos de poder (LANGE, 1972; WORLAND, 1972) têm em

comum a aceitação da “tesoura de Marshall”. A dedução e a indução, em outras palavras, o apriorismo e o empirismo, são usados como lâminas para capturar, mentadamente, fragmentos relevantes do mundo real. A recompensa empalmada pelo uso de tal abordagem eclética foi a transformação da pesquisa econômica num ramo das ciências experimentais, irmanando a ciência social à etologia.

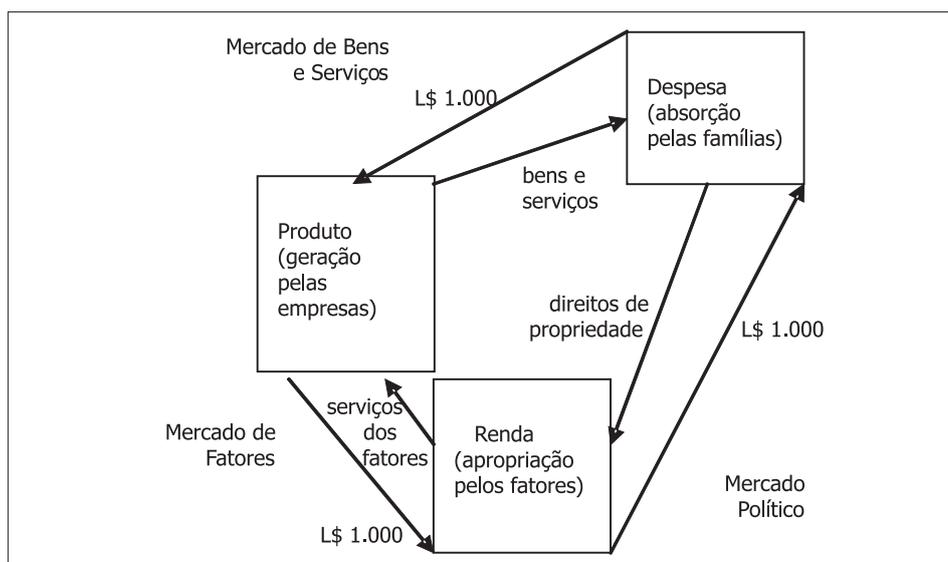
O método adotado pelos praticantes da moderna economia política deve ser determinado pelo objeto de estudo, vale dizer, pelas questões para as quais desejamos alcançar um conjunto provisório de respostas. Por exemplo, no período soviético, Worland (1972) e, mais que ele, Lange (1972) legitimariam o tratamento paralelo de duas questões relacionadas ao metrô de Moscou. A primeira é: “a viagem será gratuita, ou criaremos algum tipo de racionamento, possivelmente a imposição de uma tarifa?”. Escolhida a tarifa, precisar-se-ia decidir por um punhado de copeques ou milhares de rublos. A segunda é: “o trabalhador manterá o direito de fazer greve?”. Escolhida a proibição, precisar-se-ia decidir sobre os contornos do aparato repressivo. Entrelaçadas, essas duas questões poderiam soar no mundo subdesenvolvido como: “qual a estrutura de alíquotas ótima do imposto de renda devotada a minizar o Gini, sujeita à restrição de manter constante o valor adicionado?”

2. MODERNIDADE DO FLUXO CIRCULAR

Ungido à sociedade mercantil, o Robinson Crusó de Lionel Robbins (1935) calcula escrupulosamente a relação entre o sacrifício de suas horas de lazer e o benefício que lhe traz arrebanhar algum dinheirinho. Nesta mesma sociedade, aculturada pelos ganhos de bem-estar propiciados pela estonteante divisão do trabalho, cabe referir particularmente a tradição ricardiana de colocar no centro da velha economia política a preocupação com a distribuição do excedente econômico entre as diferentes classes sociais. Vassalos e suseranos, proletários e burgueses não saem de cena, como o demonstra a recente versão teatral do romance “Os Miseráveis”. Jean Valjean pulava no tempo, sempre retendo a condição de vassalo, proletário, descamisado. Num mundo sem emprego, o mote ricardiano é refraseado para “crescimento *versus* distribuição”. Se o trabalho é social, quem produz bens e serviços é o conjunto (*team*) dos trabalhadores. Rigorosamente

falando, assim, também são contemplados os desempregados friccionais e, mais amplamente, toda a classe trabalhadora que contribuiu para que a presente geração esteja bem onde se encontra.

Deixando de lado o mundo dos que vão nascer e o das gerações pregressas, examinemos a Figura 1, chamada em Bêrni *et al.* (2005), naturalmente por razões obscuras, de “origami tripolar”. Esta figura coloca no mesmo plano duas contribuições fundamentais para a compreensão da realidade econômica. A da economia política clássica consiste em dividir a ciência econômica em “quatro capítulos” (produção, circulação, distribuição e consumo). A contribuição da moderna economia política agrupa a atividade humana voltada a gerar bem-estar material em três mercados (bens e serviços, fatores produtivos e direitos de propriedade), ainda que não esquecendo que o mundo real também precisa de mercados de dinheiro, ativos e divisas.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 1 - Novo Fluxo Circular da Renda: os três pólos irradiadores da atividade econômica

Os tradicionais mercados de bens e serviços e de serviços dos fatores de produção encontram-se representados por meio de seus resultados finais,

nomeadamente, a geração da produção e sua absorção. Mas entre eles não há *fluxo*, sendo-nos permitido pensar, no máximo, em movimento pendular. O verdadeiro fluxo circular fecha-se, como queriam os economistas clássicos, quando considerarmos também a apropriação. Há circulação em torno dos pólos da produção, da distribuição e do consumo. Com a invenção do solvente universal dinheiro, tudo vira mercadoria: os bens e serviços de absorção final, os serviços dos fatores e os direitos de propriedade, inclusive os direitos de compra e venda da honra, para usar livremente a expressão de Reginaldo Sant'Anna. Vemos, deste modo, a atualidade da definição dada por David Ricardo de economia política: luta entre as diferentes classes pela *distribuição* do excedente. Para fechar o ciclo, na verdade, somos forçados a identificar um mercado negligenciado pelo fluxo desenhado pelos antigos e corrigir-lhes o atropelo, com a inserção do mercado político. É nele que as regras da distribuição recebem seu chancelamento. A passagem da renda (apropriação) para a despesa (absorção) é o elo faltante no movimento pendular recém caricaturado. Os fluxos real (interno) e monetário (externo) estão exibidos, naturalmente, na figura: bens num, suor no outro e violência no terceiro.

No mundo em que vivemos, o crescimento e a distribuição, virtuosos ou retrógrados, exibem notável assimetria. Observando as classes baixa, média e alta irmanarem-se nos anseios pela elevação de seus níveis de consumo, precisamos enquadrar os limites da escolha racional feita pelo indivíduo em termos da aquisição dos bens regulares. Por regulares, naturalmente, estamos entendendo os bens e serviços para os quais o mercado regula a oferta de maneira confortável, o que nos leva a excluir tanto os bens públicos (a justiça) quanto os meritórios (a insulina) e os de demérito (a cocaína). Naturalmente, nesta linha, somos jogados por sobre questões associadas à escolha coletiva. Escolher entre mais crescimento ou mais distribuição, sacrificando o outro, exige novas conceptualizações, como, no caso, a de superjogo. Num superjogo, temos o poder de decidir se vamos jogá-lo ou não, isto é, se vamos submeter-nos a suas regras. Edificante, a este respeito, é um dos diálogos que, presumidamente, Alice teria entabulado com o Gato de Cheshire:

G. de C.: - Se não fosse pela existência do mecanismo de mercado, a lei da oferta e da procura, o empreendedorismo, a livre iniciativa, então as instituições da sociedade em que vivemos seriam muito diferentes.

A. no P. das M.: - Em compensação, se não fosse pela existência de instituições como as famílias, o Estado, as ONGs, os sindicatos, então o mecanismo de mercado que observamos nos dias que correm seria muito diferente.

Por esses meandros, talvez, é que a saída esteja sinalizada. Naturalmente, qualquer jogo tem sua própria definição estabelecida a partir de um conjunto de regras, ou seja, de arranjos institucionais entre os participantes. Mas, como diz Bowles (2004), um dos possíveis resultados da interação entre agentes portadores de diferentes graus de racionalidade descrita por um processo moldável com o aparato da teoria dos jogos é o surgimento de novas instituições. Em outras palavras, a exemplo do binômio ovo-galinha, jamais saberemos com segurança se as regras apareceram em primeiro lugar ou se elas próprias apareceram precisamente como resultado dos jogos em que nossos antepassados aplicavam boa parte de seu tempo.

Ao induzir o cultivo do economicismo tanto no ensino de economia com o bem-comportado fluxo pendular da renda quanto na ênfase dada ao planejamento governamental do setor produtivo da economia, abafamos no segundo plano o drama existencial das grandes massas de despossuídos. Ao elidirmos o funcionamento dos mercados políticos, desviamos a atenção do ambiente em que um número significativo de instituições ganha vida e em que os direitos de propriedade são - por assim dizer - leiloados. Num mundo mais distante, no qual a acumulação de capital produziu elevadíssimos ganhos de produtividade, o progressivo divórcio entre as dimensões produtiva e distributiva dos sistemas econômicos reais clama por novos instrumentos que nos permitam ver a distribuição secundária da renda social explicada mais satisfatoriamente. Trabalhador que não trabalha não come feijão-com-arroz. Integrantes da *leisure class* tampouco fazem-no, mas comem caviar e entornam sua champanhota.

Jean Valjean teria olhado, demoradamente, para a matriz de contabilidade social construída em torno do verdadeiro fluxo circular da renda. Recursos nas linhas, usos nas colunas, ele foi logo lendo na Tabela 1 o tipo de transações que o interessavam.

Tabela 1 - Matriz de contabilidade social a mil.

Setores	Produtores			Fatores		Instituições						Total	
	1 Agr	2 Ind	3 Serv	Tra- balho	Ca- pital	Go- verno: des- pesa	Ex- por- tado- res	Famílias			In- ves- ti- men- to		
								Po- bres	Re- me- dia- das	Ricas			
Pro- du- tores	1. Agropecuária	5,2	15,8	1,1			2,2	2,8	2,2	2,4	2,6	34,1	
	2. Indústria	6,6	83,8	25,9			27,7	10,6	10,8	16,6	35,6	217,7	
	3. Serviços	2,3	18,0	30,1		48,4	6,0	13,5	21,8	52,1	1,5	193,8	
Fa- tores	Salários	2,1	19,0	74,9								96,1	
	Lucros	16,3	51,2	44,6								112,1	
Ins- tui- ções	Governo: receitas	0,8	14,8	11,2		12,1	18,8	0,6	2,8	4,4	14,0	2,1	81,5
	Importadores	0,7	15,1	6,0		2,7	5,2		1,3	1,5	2,3	4,8	39,5
	Famílias Pobres				20,7	2,1	3,5		0,5	1,0	3,6		31,4
	Fam Remediadas				29,0	9,2	3,4						41,6
	Famílias Ricas				46,4	56,9	2,3						105,5
	Poupança				29,1		2,9			14,6		46,6	
Total		34,1	217,7	193,8	96,1	112,1	81,5	39,5	31,4	41,6	105,5	46,6	1000

Fonte: Elaboração própria.

Procurava criar argumentos para compatibilizar suas crenças numa sociedade justa com o desejo de expandir o consumo de bens e serviços. Confrontando pobres e ricos, ele percebeu que seus orçamentos domésticos abarcam, respectivamente, L\$ 31,4 e L\$ 105,5 dos L\$ 1.000,0 que observou estarem circulando no sistema. Para nem se incompatibilizar com os recebedores de lucro, centrou o restante de sua análise nos rendimentos do trabalho. As famílias ricas capturaram L\$ 46,4, contra os L\$ 20,7 amealhados pelas pobres. E viu que o governo pouco ou nada fez para compensar esta assimetria no funcionamento do mercado de trabalho, pois transferiu L\$ 3,5 aos pobres e L\$ 2,3 aos ricos. “Só podia ser Lisarb!”, pensou. Em seguida, balbuciou: “Tá na hora de trocarmos o entendimento da luta entre as classes pelo da luta entre as instituições”. E concluiu filosofando que, para não errar novamente, é preciso ter cuidado, pois o desejo de criar instituições mantenedoras de uma sociedade justa pode expressar-se por meio da crença nas virtudes de algum arranjo institucional repressor da liberdade, como o direito a três refeições diárias ou o direito de fazer greve.

3. CRENÇAS E CONVENÇÕES

A fim de compreendermos a evolução do sistema de crenças e desejos do indivíduo Ivo em resposta às condicionantes sociais que o circunscrevem, comecemos a citar Hargreaves Heap & Varoufakis (1995), a seguir designados, carinhosamente, como H&V, procurando ilustrar os contornos da reação pós-modernista aos ditames do Iluminismo. Para eles (p.35), com tradução nossa, no sistema de pensamento iluminista, as crenças circulam “[...] *da fé na racionalidade, ciência e causalidade à fé na emancipação humana, progresso e luta de classes.*” O discurso pós-moderno quer desconstruir [*ergo*, estão construídos]: “[...] *a verdade, o conhecimento, o poder, a individualidade e a linguagem são com frequência aceitos como dados e servem para legitimar a cultura ocidental contemporânea.*”

Esses autores observam a existência de uma profunda ligação com o suposto corrente na teoria dos jogos sobre a crença que os indivíduos têm sobre a forma como os demais ordenam suas preferências. Segundo H&V, as origens do Iluminismo remontam à relação feita por David Hume entre a racionalidade humana e motivação de suas ações. Ou seja, são instrumentalmente racionais os indivíduos que ligam os fins almejados com a escolha dos meios mais fáceis para alcançá-los. Elogiando a proposição de Jeremy Bentham sustentando que a melhor sociedade maximiza a utilidade total usufruída por seus integrantes, eles acrescentaram (p.144) que “*esta visão pode ser considerada radical para o tempo em que foi enunciada, porque rompe com a tradição de usar alguma autoridade externa (Deus, a Igreja ou o Monarca) para julgar os resultados dos eventos sociais [...].*” Claramente, existe uma confusão entre o caso limite, como o de Ivo e seus amigos, a ser explorado na seção 4, e a destruição da evidência trazida pelos casos bem comportados, quando se diz que o ideário bentamita seria claudicante, pois - alegadamente - as comparações interpessoais de utilidade são impossíveis. Hargreaves Heap et al. orgs. (1992), ao criarem um exemplo extremado, evidenciam que a maioria dos casos permite as comparações. Praticamente todos os agentes irão – se puderem escolher, bem entendido – passar as férias em Veneza, em detrimento do programa alternativo de, permanecendo em sua cidade, serem fritos em óleo quente.

Poderíamos argumentar que a existência dos casos extremos constitui apenas um convite à realização de pesquisa de laboratório sobre o tópico

em que eles se situam, mais do que uma determinação de abandonarmos todas as conquistas da modelagem. O que nos fica faltando, com efeito, é a construção de pontes entre a natureza das crenças que construímos sobre o mundo real e a formação de preferências. Se há interdependência entre umas e outras, por exemplo, a noção de honra derivada da adoção de certos princípios, então mesmo indivíduos racionais podem adotar determinados cursos de ação dificilmente capturáveis pela teoria da escolha racional. Caso consideremos as interações entre os agentes como passíveis de serem modeladas por meio de jogos, poderemos pensar que – durante o desenrolar do jogo – as próprias ações passam a influenciar os desejos, abrindo-se espaço para, por exemplo, a realização de negociações, alianças, vinganças e traições. Naturalmente, esta abordagem contrasta com as visões que sustentam que a ação é exclusivamente regulada por princípios.

Em outro local (p.47), H&V dizem que “[...] *isoladamente, as preferências não necessariamente conduzem à ação.*” Por contraste, os costumes e hábitos, *id est*, as convenções, permitem que as pessoas escolham consistentemente nos casos em que o uso da pleno da razão (racionalidade instrumental) não os autoriza identificar quais são suas preferências. Neste ambiente, podemos apreciar a sabedoria encapsulada na fábula do lobo e do cordeiro, pois a única justificativa para a ação do malvado era a própria ação (“se não foi o Valjean de hoje, foi o de ontem”). Quando as preferências são tais que a razão não distingue o curso de ação racional, as convenções é que farão as pessoas agirem consistentemente (“não meter birlita durante o horário de expediente”). Por isto, volta e meia, algumas convenções são abandonadas, dando lugar a outras convenções ou regras práticas em seu lugar (“nem dar vexame na festa de natal da firma”).

No mundo das teorias, encontramos crenças e desejos e a contemplação da relação entre crenças e as ações, motivada pelas necessidades. Nossos já familiares H&V formalizam, com um jogo interessante, a relação entre *desires*, *wants* e *needs*, ou seja, numa tradução tibia, entre o desejar, o querer e o precisar. Normalmente, os *pay-offs* (recompensas) dependem apenas do resultado esperado do jogo. Todavia, no jogo que veremos a partir do Quadro 3, eles variam em resposta ao que um jogador espera daquilo que os outros jogadores consideram ser o resultado.

A explicação econômica é que a adoção de princípios permite economizar no processo decisório. Ligamos duas tentativas de explicação do

que está acontecendo no mundo real. Uma: a explicação de que as convenções contribuem para a superação da incapacidade de agir racionalmente o tempo inteiro. Outra: a explicação da ação como o elo de ligação entre determinados fins e a escolha dos meios adequados para alcançá-los (racionalidade instrumental). Por isto, a salvação para a criação de explicações para o processo de escolha individual vai exigir a imposição de limites à liberdade do agente. O interessante é que a vida num harém vai ajudar-nos, na seção 6, a entender que os limites são estabelecidos pelas convenções ditadas pelo coletivo que abriga o indivíduo, vale dizer, pelas convenções a que este escolheu sujeitar-se.

4. COMO AS CRENÇAS AFETAM OS DESEJOS

Fazer a suposição de que conhecemos a matriz de *pay-offs* do indivíduo Ivo tem o mesmo significado analítico que identificarmos-lhe a função de utilidade, ou sua estrutura de preferências. O arrojo deste suposto é duplicado, quando falamos de um jogo de dois jogadores, principalmente quando supomos que as duas matrizes de *pay-offs* sejam do conhecimento de ambos. Nenhum deles é íncio: Eva sabe que Ivo sabe que sua matriz de *pay-offs*, isto é, a função de preferências dela, é tal ou qual, e ele também sabe que ela sabe tudo sobre a dele etc.

Contextualizando, podemos entender que a teoria da escolha racional, ao sustentar que o homem é o único animal plenamente racional, aceita como seu elemento fundamental a idéia de que é a razão que guia a ação. Esta concepção origina-se no Iluminismo, por contraste à visão alternativa que sustenta que as crenças constituem parte da estrutura de desejos. Neste caso, o guia para a ação deixa de ser a escolha racional, deslocando-se para a criação de convenções, o que é capturado por dois conceitos mais brandos. A racionalidade processual diz respeito ao entendimento que devemos ter da própria ação de acordo com convenções sociais (“não palitar os dentes em público”). Ainda mais brando é o conceito de racionalidade expressiva, que manifesta os valores individuais (“não dar esmola para quem não sabe gastar”). Por contraste à escolha racional derivada das premissas do individualismo metodológico, a idéia de que as convenções associam-se ao processo de escolha do indivíduo valoriza a postura alternativa, nomeadamente, a do coletivismo metodológico.

Vejamos, como variável de controle, a explicação no modelo convencional, em que o suposto de que as crenças é que determinam as preferências é indiscutível. Entendendo que, em geral, as crenças nutrem os desejos, Ivo, ao viver um probleminha de colesterol alto, pensa:

a) M: salmão é bom para a saúde; m: ora, quero saúde; C: logo, prefiro salmão, e

b) meu sistema de crenças quer vegetarianismo; vencedor do desejo por carne (cadáveres, como dizia Bernard Shaw), comerei as batatas (como diria Machado de Assis).

Vamos examinar a exposição feita por Baird; Gertner & Picker (1998, p.10 e 15) sobre dois jogos envolvendo um pedestre e um motorista. Ambos têm disponíveis as estratégias de andar nas ruas sem cuidado ou com o devido cuidado. Estes jogos irão ilustrar, de maneira convincente, como as crenças (ou convenções que lhes dão suporte) podem modificar a estrutura de desejos dos jogadores. As convenções têm a seu favor a idéia de David Hume do rompimento com o estado natural: abrimos mão de nossa liberdade (de matar, por exemplo), a fim de termos a garantia do Leviatã de que não seremos mortos. Alternativamente, podemos dizer que as pessoas têm como justificativa para abrir mão de sua liberdade o cálculo racional de que o Estado lhes garantirá o cumprimento dos direitos fundamentais.

Existe um importante exemplo em que o uso exclusivo da razão impede que o indivíduo Ivo use sua estrutura de preferências para guiar a própria ação, isto é, seu processo de escolha. Trata-se, agora, da interdependência entre as crenças e os desejos. No modelo tradicional, as crenças não passam de simples instrumentos destinados à satisfação dos desejos. Na visão alternativa, as crenças constituem parte da própria estrutura de desejos. Em seguida, veremos três modelos em que as crenças transformam os desejos que, por sua vez, determinam as próprias crenças originais. Iniciemos com o Jogo do Pedestre e do Motorista, deixando para a seção 5 os demais. Consideraremos situações com dois regimes de responsabilidade civil (*liability*) configurando duas situações de escolha individual, a fim de vermos como mudanças no regime de crenças do indivíduo devem levá-lo a mudar sua estrutura de preferências, ou seja, seus desejos. O Quadro 1 mostra os *pay-offs* dos jogadores dados em unidades monetárias ou úteis.

Jogadores	Estratégias	Motorista	
		Cuidado	Descaso
Pedestre	Cuidado	-100,0	-100,-10
	Descaso	-110,0	-20,-10

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 1 – Regime de ausência de responsabilidade civil

Existe um salto enorme entre uma e outra dessas medidas, pois a mensuração feita a partir de uma escala ordinal pura é pobre em termos de conteúdo informacional, se comparada à escala intervalar (temperatura, Q.I. ou utilidade esperada), ou à escala racional (preços e lucros, acres e mãos). Não olvidemos, porém, que a escala ordinal *também* é escala de medida e *tem* certo conteúdo informacional importante. Tanto é que Eva, agora investida do papel de avó do motorista Ivo, em uma festinha de aniversário, teria declarado: “Quanto mais Ivo bebe (q), mais utópico ele se torna (U)”. Medindo “bebe” com copos de cerveja ingeridos e “utópico” com minutos de gargalhadas, pensamos em dizer que

$$U = f(q), \quad U' > 0 \text{ e } U'' < 0,$$

como ensinam os professores de microeconomia. Tal afirmação não se sustentaria, contudo, pois – a certa altura – U' igualou-se a zero e – segundos após – tornou-se negativa (ouviram-se choros...). Eva reagiu de imediato, levando-nos a reformular $f(q)$ para $g(q, r)$, onde r captura a reação da anciã, pois ela capturou o copo de Ivo... Moral do aniversário: além da superação do problema da escala de medida, podemos melhorar o poder explicativo dos modelos adicionando-lhes novas variáveis.

No regime legal associado ao Quadro 1, não existe qualquer responsabilidade civil, o que faz com que o motorista apresente a estratégia dominante de *descaso* e o pedestre tampouco toma cuidado. Trata-se de um evento socialmente indesejável, com atropelos, filas nos hospitais, essas coisas. Então muda-se a estrutura jurídica para um regime de *responsabilidade civil absoluta*, ou seja, a situação oposta, como vemos no Quadro 2.

Jogadores	Motorista		
	Estratégias	Cuidado	Descaso
Pedestre	Cuidado	0,-100	0,-110
	Descaso	-10,-100	-10,-20

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Regime de responsabilidade civil absoluta

Vemos que a mudança no regime legal inverteu completamente o desenlace do segundo jogo. Se ambos agirem racionalmente, os papéis do motorista e do pedestre se invertem. Com isto, examinamos alguns casos limites, enquadrando-os como simples casos particulares do caso intermediário, o médio, o representante da inexorável lei que a tudo equaliza. Estamos prontos a discutir algumas consequências das probabilidades que o indivíduo Ivo atribui à crença que seus amigos nutrem com relação ao próprio Ivo e seu comportamento frente a situações de perigo.

5. COMO OS DESEJOS AFETAM AS CRENÇAS

Para entendermos a limitação que a suposição de antecedência da crença sobre o desejo pode trazer sobre o alcance do modelo de escolha do indivíduo, vamos considerar dois exemplos destinados a ajudar-nos a entender a relação entre crenças e desejos. O primeiro, e mais simples, diz respeito a uma situação de eleição de três representantes de um grupo constituído por dois sub-grupos. No primeiro, há 20 eleitores e no segundo há 10. A questão diz respeito a que regra deve ser adotada para conduzir o processo de escolha: regra de maioria, distribuição proporcional das três vagas entre o número de participantes de cada, ou ainda algum outro critério menos usual. Representantes do primeiro grupo podem desejar ardentemente a própria participação e criar crenças de que o único critério justo de representação é o da distribuição proporcional (deputados). Todavia, supondo que Eva deseje mais participação, então ela acredita que poderia dividir a representação no sistema meio-a-meio, mesmo quando o outro grupo possui 50% mais pessoas, criando a razão de um para um (senadores).

Em outras palavras, o desejo de Eva participar criou-lhe a crença aqui assinalada, como poderia ter criado qualquer outra. Deslocando-se de seu próprio grupo e desejosa de inviabilizar o processo de escolha, ela poderia

invocar –alternativamente – a regra da unanimidade, e assim por diante. Neste caso, ao abster-se de participar, ela estaria inviabilizando o processo de escolha, e mantendo o *status quo*. Com isto, suas crenças - sua ideologia - poderiam levá-la a defender o conceito de ótimo de Pareto para o caso da avaliação do grau de bem-estar social carreado por uma situação inicial e outra que resulte de uma realocação de recursos conduzida por meio de mecanismos alheios à troca. Como vemos, trata-se de mecanismos originários de mudanças institucionais, ou seja, nas próprias regras do jogo.

O segundo exemplo, mais alongado, considera o que acontece quando apenas um indivíduo reage ao que ele próprio pensa que seriam as reações de seus pares relativamente a sua ações. Seguindo a exposição de H&V, queremos ver como os desejos afetam as crenças, ou seja, estamos estudando como as funções de preferências alimentam a forma de pensar dos agentes. Por que Ivo pensa de um jeito se acha que Eva tem tal função de preferência, e de outro se acha que ela exibe outra? A probabilidade de Ivo agir corajosamente é p , logo sua probabilidade de agir com covardia é $1-p$. Eva e seus demais amigos observam as ações de Ivo e atribuem à ação corajosa a probabilidade de q e de ação covarde, portanto, $1-q$. Mas o indivíduo Ivo avalia as probabilidades de seus amigos julgarem suas ações como corajosas ou covardes são q' e $1-q'$. Em resumo, temos o Quadro 3.

Ivo tem ação	Probabilidade da ação de Ivo	Probabilidade que os amigos associam às ações de Ivo	Avaliação por Ivo da probabilidade dos amigos
Corajosa	p	q	q'
Covarde	$1-p$	$1-q$	$1-q'$

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 – Probabilidade da ação de Ivo e seus amigos

Convencionamos que p e $1-p$ informam como Ivo age (enfrenta o doberman ou não); q e $1-q$ dizem como os amigos reagem à ação de Ivo (amigos esperam que enfrente ou não) e q' e $1-q'$ informam como Ivo pensa que seus pares vão reagir a suas ações (Ivo espera que os amigos esperem ou não).

Neste modelo, ainda que os amigos observem suas ações, o único agente é Ivo, cuja variável decisória é p , a probabilidade de agir corajosamente. Ou

seja, se $p=0$, Ivo escolhe o comportamento covarde. Se $p=1$, ele opta por coragem. Se $p=2/3$, Ivo age corajosamente com mais frequência do que menos. Os amigos de Ivo apresentam as funções de utilidade descritas no Quadro 4.

Ivo tem ação	Funções de utilidade dos amigos de Ivo (úteis)
Corajosa	$2 + q$
Covarde	$1 - q$

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 – Ivo pensa causar utilidade a seus amigos

Examinemos, com o Quadro 5, os casos em que os amigos também avaliam p em seus extremos. Se eles avaliam que $p = 0$, isto é, que Ivo agirá covardemente, e realmente Ivo age de modo covarde, isto significa que os amigos estimaram p corretamente, eles mostram a utilidade de zero. Se eles avaliam que Ivo agirá corajosamente quando Ivo age corajosamente, eles auferem três úteis de satisfação. Por contraste, se eles esperam que Ivo aja covardemente, ao passo que Ivo age corajosamente, lidando com $p = 1$ e $q = 0$, eles ganham dois úteis de utilidade. E se eles esperam que Ivo aja covardemente e Ivo confirma a percepção dos amigos de sua postura pusilânime, estes desfrutam de um útil de satisfação.

Expectativas dos amigos de Ivo	Utilidade dos amigos quando esperam ação corajosa de Ivo (úteis)	Utilidade dos amigos quando esperam ação covarde de Ivo (úteis)
Ivo age com coragem	3	2
Ivo age com covardia	0	1

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5 – Matriz de *pay-offs* dos amigos de Ivo

Ou seja, seus amigos ganham três úteis de utilidade quando esperam que Ivo aja corajosamente e Ivo não os decepciona, mas desfrutam de zero úteis, se esperam a ação corajosa, mas Ivo opta pela covardia. Por outro lado, se esperam ação covarde e Ivo os surpreende, desfrutam de dois úteis, por contraste à satisfação que teriam quando esperam a ação covarde e esta é

mesmo a postura adotada por Ivo. Ivo acha que os desejos que seus amigos nutrem relativamente à ação que ele vai adotar afetam-lhes as preferências. Os desejos que Ivo considera característicos de seus amigos quanto ao curso de ação que ele irá adotar afetam a crença de Ivo em qual curso de ação é mais desejável por si próprio.

O pior que pode acontecer aos amigos é esperarem ação corajosa e observarem um Ivo covarde. Claramente, esta configuração lembra o quadrante do *sucker (trouxa)* no jogo Dilema dos Prisioneiros. Em outras palavras, no Quadro 6, vemos que os amigos sempre preferem que Ivo aja corajosamente. Mas, quando Ivo age covardemente, eles ficam em pior situação se esperam ação corajosa do que se esperam ação covarde. Suas expectativas afetam-lhes as preferências sobre o que Ivo escolhe.

Expectativas	Funções de utilidade (úteis)
Amigos acham que Ivo agirá com coragem	$2 - q'$
Amigos acham que Ivo agirá covardemente	$3(1 - q')$

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 6 – Expectativas e funções de utilidade de Ivo

No Quadro 7, a maior utilidade de Ivo é verificada quando ele pensa que os amigos consideram que ele agirá covardemente e este é efetivamente seu curso de ação (“é natural ter medo de doberman”).

Expectativas dos amigos de Ivo	Utilidade de Ivo ao achar que os amigos lhe esperam ação corajosa (úteis) $q'=1$	Utilidade de Ivo ao achar que os amigos lhe esperam ação covarde (úteis) $q'=0$
Amigos acham que Ivo agirá com coragem	1	2
Amigos acham que Ivo agirá covardemente	0	3

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 7 – Avaliação que Ivo faz da matriz de *pay-offs* de seus amigos

Em seguida, Ivo prefere agir com coragem, mesmo quando os amigos esperam que ele aja covardemente (“eles vão ver!”). O pior que pode acontecer-lhe é agir covardemente quando seus amigos esperam coragem (“não é medo de barata, apenas uma certa repulsa”). Quanto mais ardentemente Ivo espera que seus amigos o julguem covarde, maior sua satisfação em agir corajosamente: movimento de zero a 1 na primeira coluna. Mas também, quanto mais Ivo espera que seus amigos o achem covarde, maior sua utilidade em agir covardemente: movimento de 2 para 3 na segunda coluna. Em resumo, ao desejar adotar determinado curso de ação, ele o valida ou descarta, conforme sua crença no que os amigos esperam de seu comportamento. Suas preferências quanto a adotar cursos de ação corajosos ou covardes foram modificadas pela percepção que Ivo tem sobre as preferências dos amigos sobre o curso de ação que ele irá manifestar.

6. ENCERRAMENTO

A moral que se extrai dos dois jogos entre o motorista e o pedestre é que o regime de ausência completa de responsabilidade civil cria crenças nos agentes sobre a exigência de cumprimento da lei que definem a estratégia racional a ser adotada, pois mudaram os *pay-offs*. Ou seja, a mudança nas instituições influiu nos desejos, i.e., nas funções de preferências, pois cada jogador tem uma para cada quadrante. Por contraste, Eva defende o critério “meio-a-meio”, valorizando a feliz coincidência entre a aplicação do que é, a seu ver, uma das mais salomônicas decisões judiciosas, ainda que, na visão de seus, talvez, 29 antagonistas, o mais desabrido interesse pessoal da própria Eva. Os desejos de Eva criaram um sistema de crenças, a fim de poderem expressar-se.

Todavia, estas dualidades não levam a uma destruição inarredável da teoria da escolha racional e seu envoltório epistemológico, o individualismo metodológico. Neste contexto, poderíamos explicar a adesão do indivíduo a determinados grupos regidos por certos conjuntos de convenções - e não a outros - com base em seu cálculo racional dos custos e benefícios de inserir-se nesses grupos. Um dos marcantes exemplos originários de animais portadores de limitado grau de racionalidade é a escolha que fazem as fêmeas sobre qual dos pavões vai tê-las em seu harém. A hipótese de estudiosos contemporâneos da história natural é que elas são atraídas pelo tamanho da

cauda do macho. Nesta equação irracional, pavão de cauda grande é portador de enorme habilidade e vigor, podendo cuidar de 15 ou 20 senhoritas interessadas em gerar filhotes sadios. Nada muda substancialmente, afinal estamos no reino da etologia, se substituirmos “pavão” por sindicato, “senhorita” por pai do menino musicalmente bem dotado etc. Luta de classes ou luta de instituições? Bem concebido, um arranjo institucional tudo pode, inclusive dar a escassez por vencida. Seria apenas uma questão de calibrar a estrutura de incentivos destinada a direcionar a ação dos agentes.

O debate, felizmente, não iria encerrar-se nesse ponto, pois o coletivista metodológico diria que a existência simultânea de diversos grupos de convenções é o elogio das virtudes da variedade trazida por ambientes coletivos relativamente à posição do indivíduo isolado. Sem o abrigo e o apoio da família, o indivíduo humano seria predado com facilidade em dezenas de circunstâncias imagináveis. O individualista revidaria, o coletivista criaria novo argumento. E por aí vai, até o encerramento.

Abstract

The limits imposed upon the understanding of processes of choice impregnated with excessive trust in the analytical power of the theory of rational choice and its radical critique are appraised and questioned under a pragmatic point of view. The conventional model maintains that it is the beliefs of the individual which determines her desires. Linking beliefs and conventions, this essay explores the condition expressed by the oposite situation, namely, the context in which it is desires that determine beliefs. The individual choice aggregated by the market, the collective choice and the evolution of rules and conventions are also appraised. Given this framework, an attempt is made to understand the relations between the poles of generation, appropriation and absorption of goods and services in order to focuse on an important link of the social relations chain, namely, the aggregation of individual preferences by means of the political market.

Key-words: economic methodology, rational choice, games theory, circular flow of income

REFERÊNCIAS

AKERLOF, George A. (1970) The market for 'lemons': quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**. V.84 n.3 p.488-500.

BAIRD, Douglas G.; GERTNER, Robert H. & PICKER, Randal C. (1997). **Game theory and the law**. Cambridge-USA: Harvard University.

BATOR, Francis (1992). A análise simples da economia do bem-estar. **Análise Econômica**. V.14 n.2 p.45-68.

BÊRNI, Duilio de Avila (2004) **Teoria dos jogos**; jogos de estratégia, estratégia decisória, teoria da decisão. Rio de Janeiro: R&A.

BÊRNI, Duilio de Avila (2005) **A teoria do estado de alfa microeconômico**. Disponível em: www.GangeS.pro.br/duilio. Acesso em 03/nov/2006.

BÊRNI, Duilio de Avila, FOCHEZATTO, Adelar, GRIJÓ, Eduardo (2005) O Origami Tripolar, o Bonsai Econômico e o orçamento familiar. **Análise**. Porto Alegre: , v.16, n.2, p.377 - 400.

BERNSTEIN, Peter L. (1997). **Desafio aos Deuses**; a fascinante história do risco. Rio de Janeiro: Campus.

BINMORE, Ken. (1992) **Fun and games**: a text on game theory. Lexington: D.C.Heath.

BLAUG, Mark (1976) Kuhn versus Lakatos, or Paradigms versus research programmes in the History of Economics. In: LATSIS, Spiro ed. (1976) **Method and appraisal in Economics**. Cambridge: Cambridge University. p. 149-180.

BOWLES, Samuel (2004) **Microeconomics**; behavior, institutions and evolution. New York: Russel Sage, Princeton.

BRONFENBRENNER, Martin (1966) A 'middlebrow' introduction to economic methodology. In: KRUPP, Sherman ed. **The structure of economic science**. New York: Prentice-Hall. p. 5-24. Ver também: ____ (1973) Introducción a la metodología económica para lectores de pretensiones intelectuales medias. In: KRUPP, Sherman ed. (1973) **La estructura de la ciencia económica**. Madrid: Aguillar. p. 5-29.

CARLING, Alan (1986) - Rational choice Marxism. **New Left Review**. N.160 Nov.-Dec.

CASTORIADIS, Cornelius (1981) **As instituições imaginárias da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CIRNE-LIMA, Carlos Roberto (2001) **Dialética para principiantes**. 2ed. São Leopoldo: Unisinos.

CORAZZA, Gentil org. (2003) **Métodos na ciência econômica**. Porto Alegre: UFRGS.

ELSTER, Jon (1989) Irracionalidade. In: ____ **Solomonic Judgements**. Cambridge: CUP.

FEYERABEND, Paul (1977) **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

FITZGERALD, Francis Scott (1968). Os perigos da lógica. In: ____ **Seis contos da era do jazz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FOLEY, Duncan K. **Rationality and ideology in economics**. Disponível em: www.newschool.edu/foley. Acesso em 13.ago.2004.

FOLEY, Duncan K. **The strange history of the economic agent**. Disponível em: www.newschool.edu/foley. Acesso em: 13.ago.2004.

GINTIS, Herbert. **Game theory evolving**; a problem-centered introduction to modeling strategic interaction. New Haven: Princeton University, 2001.

HARGREAVES HEAP, Saum et al. eds. (1992) **The theory of choice**; a critical guide. Oxford: Blackwell.

HARGREAVES HEAP, Shaum & VAROUFAKIS, Yanis (1995) **Game theory**; a critical introduction. London, New York: Routledge.

HYMER, Stephen. Robinson Crusoe and the secret of primitive accumulation. **Monthly Review**. V.23 n.9 Sept. p.11-36, 1971. (Tradução brasileira disponível às p.551-586 do v.5 n.5 da revista **Literatura Econômica**, Rio de Janeiro, 1983).

KAHNEMAN, Daniel & RIEPE, Mark W. (1998) Aspects of investor psychology; beliefs, preferences, and biases investment advisors should know about. **Journal of Portfolio Management**. V.24 n.4.

LANGE, Oskar (1972) Economia marxista e a moderna teoria econômica. In: HOROWITZ, David org. **A Economia moderna e o marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar p. 48-83.

LANGE, Oskar (1985). O objeto e método da economia. **Literatura Econômica**. V.7 n.2 p.207-230.

LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott & WRIGHT, Erik Olin (1987) - Marxism and Methodological Individualism. **New Left Review**, N.167 March-April.

LITTLE, Daniel (1996) **Explanation in the social sciences**. Boulder: Westview.

MASLOW, A. H. (1943) A Theory of human motivation. **Psychological Review**. V.50 p.370-396.

NELL, Edward (1982) O renascimento da Economia Política. In: BLACKBURN, Robin (org.) **Ideologia nas Ciências Sociais**: ensaios críticos sobre a teoria social. Rio de Janeiro: Zahar.

NICOLAU, José Antonio (2002) Fundamentos da ciência moderna e a ciência econômica. In: BÊRNI, Duilio de Avila org. **Técnicas de pesquisa em economia**; transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva.

OLSON, Mancur (1971) **The logic of collective action**; public goods and the theory of groups. Cambridge-USA: Harvard University.

POTTS, Jason (2001) **The new evolutionary microeconomics**; complexity, competence and adaptive behaviour. Cheltenham, Northampton: Edward Elgar.

POUNDSTONE, William (1993). **Prisoner's dilemma**. Oxford: Oxford University.

RAWLS, John (1983). **Uma teoria da justiça**. Brasília: Universidade de Brasília.

REGO, José Márcio org. (1996) **Retórica na economia**. São Paulo: 34.

RICKETTS, Martin (1994) **The economics of business enterprise**; an introduction to economic organization and the theory of the firm. 2ed. New York, London: Harvester Wheatsheaf.

ROBBINS, Lionel (1935) **An essay on the nature and significance of economic science**. 2ed. London: Macmillan.

ROWTHORN, Bob (1982) Neoclassicismo, Neoricardianismo e Marxismo. In: _____ **Capitalismo, conflito e inflação**; ensaios de Economia Política. Rio de Janeiro: Zahar. p. 17-45.

SMITH, Vernon (1982) Microeconomic systems as an experimental science. **American Economic Review**. V.72 n.5 p.923-955.

SMITH, Vernon **Economics in the laboratory**. Disponível em: Disponível em: www.ices-gmu.net/article.php/367.html. Acesso em: 01.06.2004a.

Crenças, desejos e a luta de classes

SMITH, Vernon **What is experimental economics?** Disponível em: www.ices-gmu.net/article.php/368.html. Acesso em: 01.06.2004b.

STIGLER, G.J. (1968). Cap.1: Introdução à análise econômica. In: _____ **A teoria do preço**; análise microeconômica. São Paulo: Atlas. p.11-20.

SUTHERLAND, Stuart (1992). **Irrationality**. London: Penguin.

TAUILLE, Jose Ricardo (1981) Uma introdução à economia política da informação. **Ensaio FEE**. V.2 n.2 p.89-108.

WORLAND, Stephen T. (1972) Radical political economy as a “scientific revolution”. **Southern Economic Journal**. V.39 n.2 p.274-284. Oct.